



Página 3

**FARMA-
COLOGIA**

Depressão



Página 11

BIOMEDICINA

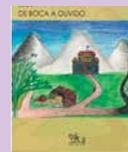
Mutirão de
limpeza



Página 3

**MEIO
AMBIENTE**

Mata Atlântica



Página 5

LIVROS

Editus Digital

Conservação de anfíbios



Páginas 2 e 7

Jornal da Universidade Estadual de Santa Cruz

Ano XIX - Nº 265

JUNHO 2017



Cervejas artesanais ganham núcleo de estudo



Como ocorre em muitas universidades da Alemanha, pesquisadores da Bahia criam núcleo para desenvolver atividades de pesquisa, extensão e ensino exclusivas na área de cervejas artesanais, com o objetivo de fomentar inovação, competitividade e desenvolvimento regional no setor. O Neca – Núcleo de Estudo sobre Cervejas Artesanais tem como público-alvo os pequenos produtores e gestores de microcervejarias que atuam em um mercado que deverá crescer 15% ao ano na próxima década. Trata-se do primeiro núcleo do Nordeste e o terceiro do Brasil que atuam, exclusivamente, na área de cervejas artesanais.

Página 12

60º Fórum de Reitores da Abruem Reitora da UESC fala dos desafios postos aos gestores

O “Futuro das Universidades Públicas Brasileiras” foi tema da palestra da reitora Adélia Pinheiro (UESC), no 60º Fórum Nacional de Reitores da Abruem, em Campina Grande, PB. No seu pronunciamento, a dirigente universitária alertou sobre a ameaça ao funcionamento das universidades públicas brasileiras em decorrência dos sucessivos cortes orçamentários e contenções financeiras impostos às instituições de ensino superior. A reitora, que também é vice-presidente da Abruem, alertou que o momento é extremamente crítico e que os gestores universitários precisam ter clareza quanto a essa realidade.



Página 5

MULHERES – desafios e conquistas



A violência de gênero, com ênfase naquelas de que são vítimas as mulheres, foi o tema dominante do seminário do projeto “Ser Mulher”, um diálogo sobre desafios e conquistas no dia a dia das pessoas do sexo feminino. Na palestra de abertura, a Promotora de Justiça Márcia Teixeira, coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, do MP do estado da Bahia, discorreu sobre as relações da sociedade com essa questão, que permeia os primórdios da história da raça humana.

Páginas 8 e 9

III Encontro das Águas Integração e Sustentabilidade

O III Encontro Baiano de Sistemas Agrossilviculturais realizado, este mês, em Itabuna, reuniu pesquisadores, docentes e discentes, profissionais e produtores rurais. No contexto do evento, destaque para o III Fórum Encontro das Águas, iniciativa do Instituto das Águas. Apoiados na temática interação e sustentabilidade foram apresentados projetos e ações capazes de assegurar a conservação/preservação dos recursos hídricos nos municípios da Bacia do Leste. Casos como a APA do Pratiği e o projeto de revitalização do Rio Água Branca foram mostrados como exemplos positivos.



Página 10

Empreendedorismo e tecnologia fomentando inovação e ideias

Entender os fundamentos de uma patente e como ela deve ser aplicada aos negócios foi tema da palestra “Inovação, Patentes e Informações Tecnológicas: o que todo mundo deve saber”, proferida pelo Dr. Henry Suzuki, considerado um dos maiores especialistas na área, em todo o Brasil. A ação faz parte do programa “Ideação e Empreendedorismo”, promovida pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da UESC (NIT), desde 2016, em parceria com a Broto Incubadora de Biotecnologia. O projeto tem o objetivo de trazer importantes nomes da área de empreendedorismo e tecnologia para fomentar um sistema inovador e gerador de ideias.

Página 6

Texto e contexto na educação infantil

O curso de Especialização em Educação Infantil oferecido pelo Departamento de Ciências da Educação realizou o seminário “A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: limites e possibilidades”. O evento teve a participação de alunos e professores dos cursos de Especialização e de Pedagogia da Universidade, que participaram de uma ampla abordagem sobre a inserção da educação infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ora tramitando em setores do MEC. Na oportunidade, foram discutidos os avanços e limites da BNCC para a educação das crianças pequenas.

Página 4

Custo-benefício da conservação de anfíbios

Cost-effective conservation of amphibian ecology and evolution. Sci. Adv.3, e1602929 (2017)

Autores: Felipe S. Campos^{1,2}, Ricardo Lourenço-de-Moraes³, Gustavo A. Llorente¹ e Mirco Solé⁴

A perda de habitat é a ameaça mais importante para a sobrevivência das espécies e a seleção eficiente de áreas protegidas é fundamental para um bom planejamento sistemático em conservação. Usando anfíbios como alvo de conservação, realizamos um projeto inovador mostrando que os modelos de priorização focados em diversidade funcional, filogenética e taxonômica podem incluir valores de custo-efetivo de terras. Nesse contexto, selecionamos novas áreas prioritárias para conservação na Mata Atlântica brasileira, com enfoque em espécies ameaçadas, áreas protegidas e seus respectivos valores econômicos de terra.

Nosso estudo oferece três modelos complementários de estimativas econômicas para representar componentes de biodiversidade (diversidade funcional, filogenética e taxonômica) em relação a sua capacidade de proteção (Modelo 1=90%, Modelo 2=70% e Modelo 3=50% de todos componentes de biodiversidade avaliados). Diversidade funcional é uma dimensão da biodiversidade que representa o grau de diferenças entre as espécies com base em suas características morfológicas, fisiológicas e ecológicas,



Anfibio S. pauloalvini

de modo que a diversidade filogenética agrega valor à distinção das espécies de acordo com suas histórias evolutivas, refletindo o tempo e como divergências entre a árvore da vida. Por outro lado, a diversidade taxonômica simplesmente reflete o número de espécies atribuído a uma determinada região. No entanto, a utilização simultânea de diversidade funcional, filogenética e taxonômica pode ajudar a prever os efeitos da competição e filtragem ambiental nas comunidades ecológicas. Nestes três modelos, consideramos somente áreas com pelo menos uma espécie ameaçada de extinção e excluímos todas as áreas protegidas disponíveis, representando apenas áreas desprotegidas que realmente são prioridade para a conservação de biodiversidade.

Baseamos nossos custos econômicos de terra no valor médio dos pagamentos por serviços ambientais aplicados nos remanescentes da

Mata Atlântica brasileira pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o que corresponde a R\$12.273 por cada quilômetro quadrado, oferecidos anualmente para proprietários de remanescentes florestais. Nossos resultados revelaram uma alta diversidade funcional e filogenética de anfíbios no leste da Mata Atlântica brasileira, com os valores mais altos avançando desde a região central para o nordeste do bioma. Mapeando, estes resultados revelam os importantes desajustes espaciais e congruências entre os componentes da biodiversidade avaliados. Chamamos a atenção para a necessidade crítica de esforços de conservação na região estudada, destacando que 90% de toda diversidade funcional, filogenética e taxonômica de anfíbios da Mata Atlântica ainda permanecem fora das áreas protegidas disponíveis. A principal mensagem de nosso estudo é que os custos econômicos de terra atribuí-

dos em nossos modelos podem servir como um mecanismo eficaz de pagamento por serviços ambientais, os quais, em comparação com as atividades agrícolas brasileiras, representam 24,13% do lucro médio de um terreno agrícola local. Portanto, nossas descobertas fornecem medidas efetivas de conservação que estabelecem novas prioridades para a avaliação da biodiversidade na Mata Atlântica, validando uma nova abordagem de economia ambiental para outras regiões ricas em diversidade de espécies ameaçadas de extinção.

¹ Departament de Biologia Evolutiva, Ecologia i Ciències Ambientals, Facultat de Biologia, Universitat de Barcelona, ES- 08028, Barcelona, Spain;

² Capes Foundation, Ministry of Education of Brazil, 70040-020, Brasília, DF, Brazil;

³Departamento de Ecologia, Laboratório de Herpetologia e Comportamento Animal, Universidade Federal de Goiás, 74001-970. Goiânia, GO, Brazil;

⁴Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Santa Cruz, 45662-000, Ilhéus, BA, Brazil, Corresponding author.
 E- mail: fsiqueiracampos@ub.edu.

<p>JORNAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ</p>	<p>Telefone: (73) 3680-5027</p>	<p>Reitora: Professora Adélia Pinheiro. Vice-reitor: Professor Evandro Sena Freire. Editor: Edvaldo P. de Oliveira – Reg. Prof. nº 530 DRT/BA. Redatores: Jonildo Glória e Edvaldo Oliveira. Fotos e Distribuição: Júlia Barreto Prog. Visual: George Pellegrini. Diagr. /Infográficos/Ilustr.: Marcos Maurício. Sup. Gráfica: Luiz Farias. CTP: Cristovaldo Caitano. Fábio Aurélio. Impressão: Marcio Lima e Davi Macêdo. Acabamento: Nivaldo Lisboa / Eva Damaceno. End.: Rod. Jorge Amado, Km 16 - B. Salobrinho – CEP 45668-900-Ilhéus-BA.</p>
<p>Editado pela Assessoria de Comunicação Ascom Distribuído gratuitamente</p>	<p>www.uesc.br E-mails: ascom@uesc.br</p>	<p>Esta edição foi impressa em papel couchê fosco (115g), oriundo de madeira de reflorestamento</p>



A Bahia foi o estado onde houve mais desmatamento

Os aspectos gerais da depressão

Monitores e ligantes da Liga de Farmacologia Médica (Farmed/Uesc)*

Os estados emocionais dos seres humanos instigam estudos e pesquisas há anos. Em 1586, o médico inglês Bright conceituava melancolia como um tipo de loucura sem febre, acompanhada de temor e tristeza sem razão aparente¹. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o número de pessoas com depressão aumentou 18% entre 2005 e 2015. São 320 milhões vivendo com esse transtorno mental no mundo e 5,8% estão no Brasil. As mulheres são mais atingidas do que os homens.

A depressão é conceituada como uma condição médica comum, crônica e recorrente². Esse transtorno dura, pelo menos, duas semanas, trazendo alterações de apetite, peso, sono, atividade diária, desânimo, sentimentos de culpa, problemas para pensar e tomar decisões e pensamentos recorrentes de morte ou suicídio¹. Suas explicações neurológicas consistem em desregulação de neurotransmissores – serotonina, dopamina e noradrenalina – e de seus receptores, o que leva a uma diminuição da atividade cerebral. Além disso, há relação com os mecanismos do estresse.

Devido à complexidade da depressão, seu tratamento consiste em

acompanhamento multiprofissional. No âmbito da farmacologia, um dos medicamentos indicados são os inibidores seletivos de recaptação de serotonina. Esses permitem que tal neurotransmissor esteja disponível por mais tempo na fenda sináptica trazendo melhora dos sintomas mencionados. Cabe salientar que o tratamento é individualizado e prescrito de acordo com as características apresentadas pelo paciente. O diagnóstico precoce é significativo para reverter o quadro.

(*Autores: Adle Levino, Ana Catherine Gomes, Ananda Magalhães, Dávila Ascendino, Débora Santos, Marcelo Chaves, Giulia De Luca e Pedro Henrique Silveira.

Referências

1- FLECK, Marcelo P. et al. Revisão das diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão. (Versão integral). **Revista Brasileira de Psiquiatria**. (s.l.), v. 31, n. 1, p.7-17, maio 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/51516-44462009000500003>.

2- Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica [recurso eletrônico]/ Benjamin J. Sadock, Virginia A. Sadock, Pedro Ruiz; tradução: Marcelo de Abreu Almeida... [et. al.]; revisão técnica: Gustavo Schestatsky... [et.al.] – 11. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017.

Organização Pan-Americana de Saúde: **Aumenta o número de pessoas com depressão no mundo. 2017**. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:aumenta-o-numero-de-pessoas-com-depressao-no-mundo&Itemid=889>. Acesso em: 10 de jun. 2017.

Mata Atlântica: desmatamento aproxima-se dos 60% em um ano



O desmatamento da Mata Atlântica **cresceu 57,7% em um ano**, entre 2015 e 2016, quando o bioma perdeu 29.075 hectares, o equivalente a mais de 29 mil campos de futebol. O número foi apresentado este mês (29) pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No período anterior (2014-2015), o desmate no bioma havia sido de 18.433 hectares. Segundo a diretora executiva da SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, há dez anos a área, que se espalha por 17 estados, não registrava um desmatamento dessas proporções. “O que mais impressionou foi o enorme aumento no desmatamento no último período. Tivemos um retrocesso muito grande, com índices comparáveis aos de 2005”, disse.

Bahia – Em 2015-2016, a Bahia foi o estado onde houve mais des-

matamento, com **12.288 hectares desmatados, 207% a mais que no período anterior**, quando foram destruídos 3.997 hectares de vegetação nativa. Os municípios baianos de **Santa Cruz Cabrália** e **Belmonte** lideraram a lista dos maiores desmatadores com 3.058 hectares e 2.119 hectares, respectivamente. Se somados aos desmatamentos identificados em outras cidades do Sul da Bahia, como Porto Seguro e Ilhéus, cerca de **30% da destruição do bioma no período ocorreram nesta região**.

“Essa região é a mais rica do Brasil em biodiversidade e tem grande potencial para o turismo. Nós estamos destruindo um patrimônio que poderia gerar desenvolvimento, trabalho e renda para o estado”, avaliou Marcia Hirota.

Fonte: Repórteres Sem Fronteiras (RSF)

Editus na diretoria da Abeu



Diretoria da Abeu. Prof^a Rita Virgínia à direita da foto.

A professora Rita Virgínia Argollo, diretora da Editus – Editora da UESC, foi eleita para o cargo de diretora da Região Nordeste da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). A eleição, para um mandato de dois anos, ocorreu em maio (25), na assembleia geral ordinária da entidade quando da sua XXX Reunião Anual, em Foz do Iguaçu, PR. A escolha da dirigente da Editus foi comunicada à reitora

Adélia Pinheiro pelo presidente da Abeu, Marcelo Luciano Martins Di Renzo.

“A Abeu vem, cada vez mais, consolidando sua atuação no universo editorial, com constantes ações conjuntas com as entidades do livro, com forte presença na mídia e em importantes eventos nacionais e internacionais e, sem dúvida, projetada a sua Universidade”, textualiza o dirigente nacional da associação.

Texto e contexto da educação infantil na BNCC – uma questão em debate



A mesa condutora dos trabalhos sobre educação infantil.

O curso de Especialização em Educação Infantil oferecido pelo Departamento de Ciências da Educação (DCIE) da UESC realizou o Seminário “A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: limites e possibilidades”. O evento, realizado em maio (26), que contou com a participação de alunos e professores dos cursos de Especialização e de Pedagogia (matutino e noturno) da Universidade, teve como tema principal a inserção da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ora tramitando em setores do Ministério da Educação (MEC).

Como explica a professora Claudia Celeste Menezes, coordenadora do curso de especialização, o seminário se fez “espaço de profunda reflexão, análise crítica e possibilidades acerca do currículo da Educação Infantil. E o objetivo foi discutir a BNCC, seus avanços e limites para a educação das crianças pequenas”. E acrescenta: “O debate provocou inquietações acerca dos novos rumos da Educação Infantil, estimulando nos participantes o desejo de se inserirem nas lutas pela garantia dos direitos legais, sociais de aprendizagem e desenvolvimento saudável da criança”.

Palestrante do evento, os subsídios ao debate foram proporcionados pela professora Me. Gilvânia da Conceição Nascimento (UESC), docente do curso de Especialização e presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncime). Ela discorreu sobre o espaço em que a Educação Infantil se insere na BNCC e na educação como um todo, dando aos presentes uma visão abrangente das discussões em nível nacional sobre o assunto, pontificando limites e possibilidades da educação infantil no texto e contexto das reformas em andamento no país.

Ao se referir ao tema “Educação e BNCC – desafios e expectativas”, disse ter pessoas que ainda não sa-

bem necessariamente o que significa a BNCC, “daí se estar aqui para estudar, debater e discutir”. Explicou que o conteúdo dessa base nacional comum curricular se encontra, no momento, na sua terceira versão. A primeira foi elaborada em 2016, suscitando “grandes discussões em nível nacional, mas que, necessariamente, não chegou à base, ou seja, à escola, aos professores e aos alunos, ficando muito em nível de especialistas”.

Triade das discussões – “Agora temos uma terceira versão, que é a oficial, elaborada entre quatro paredes, no âmbito do MEC, sem muita discussão, e que está sendo analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas entendo que se eu for falar sobre educação infantil e BNCC, seja qual for o título que se consiga dar, precisamos falar primeiro sobre a Educação Infantil”, disse a professora Gilvânia. E, em seguida, discorreu preliminarmente sobre o texto, o contexto e os marcos legais, triade em que situou as discussões.

Explicou que a BNCC é um documento oficial, mas ainda não é lei, mas que se transformará em diretrizes do CNE,

produzirá alterações na LDB e dará o direcionamento que vamos ter nesses projetos políticos pedagógicos nas escolas de todo o Brasil. “Portanto, é um documento que nos interessa e o que será produzido com esse texto”. E disse que o entendimento no MEC é que a discussão em torno dessa terceira versão é dispensável, porque isso já foi feito nas duas primeiras.

Texto e contexto – Ela se referiu à dicotomia que se estabelece entre o texto da BNCC e o contexto das políticas públicas do país. “Estamos vivendo hoje um contexto de retrocessos, de reformas que prejudicam o direito a educação, porque são reformas restritivas, que alteram a LDB, a Constituição Brasileira e tem impactos na garantia do direito à educação, ou seja, estamos falando de um contexto que não permite que aquilo que está no texto seja implementado”.

E exemplifica: “A BNCC aponta a importância da educação em tempo integral, mas o contexto não permite esse avanço. O texto fala da educação infantil, do respeito ao brincar, ao lúdico, da creche em tempo integral, mas o contexto fala da restrição de financiamento para a educação

infantil. O texto fala da educação infantil como primeira etapa da educação básica, mas o contexto está direcionando a educação infantil para a assistência social. Então, já temos aí problemas entre o texto e o contexto”. E recomenda: “Precisamos ler a BNCC entendendo em que contexto ela vai ser implementada e em que escola”.

Desafio – “Está claro para todos que ainda não temos a BNCC, porque ainda não foi aprovada; que se trata de um documento construído pelo MEC e já entregue ao CNE, instância que deve analisar, aprovar e regulamentar a nova base nacional comum curricular para todo o Brasil. Porém, a BNCC não é um documento para ser aplicado, mas para servir de inspiração à construção de projetos políticos pedagógicos das escolas pelo governo. Vejo que a Universidade tem um desafio grande para os próximos anos e que já deve começar em 2018. Vamos, portanto, nos preparar para dar suporte aos municípios e incluir isso no currículo do nosso curso de Pedagogia”, enfatiza a palestrante.

Compromisso – O seminário foi organizado pelas professoras da disciplina Currículo e Educação Infantil – Claudia Celeste Lima Costa Menezes e Alba Lúcia Gonçalves – com a colaboração do Colegiado de Pedagogia e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (Gepei). “É preciso olhar a infância com os olhos de Antônio Caetano de Campos. *É do cultivo dado à infância, da sua direção nos primeiros anos, que advirá a formação do caráter e da mentalidade da geração que nos há de suceder.* Precisamos compreender que as crianças estão gritando pedindo socorro. Elas necessitam, com urgência, do nosso compromisso com uma Educação Infantil de qualidade, que promova o desenvolvimento saudável e a formação global do pequeno cidadão”, aconselha a profª Claudia Celeste.



Público presente ao Seminário



Frente a crise e cortes nos investimentos as IES públicas têm feito um grande esforço para manter a qualidade do ensino.

Forum da Abruem posiciona-se em defesa das universidades públicas brasileiras

O “Futuro das Universidades Públicas Brasileiras” foi tema da palestra da reitora Adélia Pinheiro (UESC), no 60º Fórum Nacional de Reitores da Abruem – Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, realizado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na cidade de Campina Grande. No seu pronunciamento, ela faz um alerta sobre a ameaça ao funcionamento das universidades públicas decorrente dos sucessivos cortes nos orçamentos e contenções financeiras impostas às instituições.

A professora Adélia Pinheiro fez uma análise do contexto atual, amparada na realidade e na história que as instituições universitárias apresentam no conjunto da educação superior pública do país. Na sua projeção ela mostrou quais são os grandes desafios dos gestores para garantir o funcionamento das universidades, em meio à escassez de recursos públicos. “Que caminhos podemos buscar e estabelecer como estratégias para caminhar no sentido da garantia da sustentabilidade e do financiamento adequado das universidades?”, indagou.

A reitora, que é também vice-presidente da Abruem, alertou que o momento é extremamente crítico e que os gestores universitários precisam ter clareza disso, visto que existe o risco de ameaças a importantes conquistas historicamente construídas pelas universidades, a exemplo da autonomia que, cotidianamente, vem sendo “anulada” enquanto preceito constitucional. Em meio a tudo isso, disse a professora Adélia, “precisamos usar a criatividade e a inovação para garantir a qualidade das atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão, em razão de um financiamento suprimido e inadequado”.

Para a dirigente da UESC não existe uma única estratégia para fazer frente a um momento tão complexo, mas um conjunto de ações que devem ser estabelecidas a partir do princípio – **Educação Superior Pública e Gratuita** – “do qual não devemos nos afastar”. E pontifica algumas ações que podem ser



Dirigentes da Abruem e da UEPB na solenidade de abertura do Fórum

aplicadas a todas as instituições: a profissionalização da gestão universitária; a busca por financiamento externo; a internacionalização com captação de recursos e oportunidades; a prestação de serviços especializados e o financiamento federal das universidades estaduais e municipais.

“Temos que buscar soluções que sejam menos generalizadas, próprias da identidade de cada instituição. Ou seja, uma decisão do gestor em conjunto com a comunidade acadêmica”, pontifica a reitora. Quanto ao tema central do Fórum – “Governança pública, transparência e controle social na gestão do ensino superior” – ela disse que a temática foi pensada em consonância com o momento que o país vive e vem atender a boa parte das intranquilidades que os reitores das universidades estaduais e municipais têm na atualidade. “Portanto, é um Fórum que nos qualifica para a gestão universitária”, enfatizou.

Balanco – O 60º Fórum Nacional de Reitores da Abruem, instalado no dia 21 de maio e encerrado oficialmente no dia 2 deste mês, pelos reitores Aldo Bona (Unicentro), presidente da Associação, juntamente com a reitora Adélia Pinheiro, vice-presidente e o reitor Rangel Júnior, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), instituição anfitriã do evento. O professor Bona destacou a valiosa contribuição das discussões para as instituições aperfeiçoarem suas atividades e agradeceu a contribuição da equipe da UEPB para o êxito do Fórum, no que foi secundado pela reitora da UESC.

Frente à crise política e econômica que o Brasil atravessa, com cortes cada vez maiores nos investimentos desti-

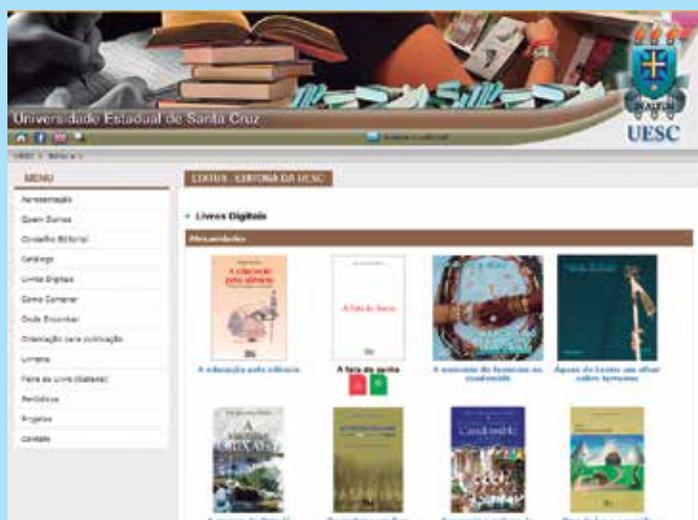
nados às instituições de ensino superior público, o presidente da Abruem avalia que as universidades têm feito um grande esforço para manter a qualidade do ensino. Disse que a crise afeta todas as instituições do país, inclusive as dos grandes centros, que também sofrem com o corte de verbas destinadas a programas e projetos nas diversas áreas do conhecimento. “As universidades não são uma ilha dentro desta realidade que vive o país. E, nesse sentido, nossas instituições estaduais e municipais têm buscado fazer os ajustes necessários para contribuir com o enfrentamento deste processo de crise”, destacou o reitor Aldo Bona.

O reitor Rangel Júnior afirmou que a sua universidade recebeu o Fórum com grande satisfação e destacou que os debates ocorridos no even-

to foram muito significativos para as instituições, especialmente pela troca de experiências que promoveram, contribuindo cada vez mais para as IES prestarem um ensino de qualidade e desenvolverem uma gestão pública eficiente. Ele destacou que a escolha de Campina Grande para sediar o Fórum da Abruem foi um ato de solidariedade de todos os reitores das universidades estaduais e municipais brasileiras com a UEPB, que vive um momento de luta pela retomada de sua autonomia financeira.

Carta de Campina – Ao final do evento foi editada a “Carta de Campina Grande”, nota pública da Abruem contra as ações que “afrontam a autonomia universitária e alerta a sociedade para os riscos de tais medidas”.

Editus Digital disponibiliza mais de 150 livros para acesso gratuito



O acervo de livros da Editus – Editora da UESC – para download gratuito aumentou. Agora, o Editus Digital conta com mais de 150 títulos. São publicações de diversas áreas do conhecimento, como literatura, educação, saúde, direito, economia, história, africanidades e infante-juvenil.

O objetivo da editora é colaborar com a democratização do acesso ao conhecimento e incentivar a leitura.

Para isso, adotou como política institucional a disponibilização imediata dos livros após seis meses de publicação impressa. Desse modo, o livro produzido pela editora pode ser lido em qualquer dispositivo: computador, smartphone, tablet.

Para baixar, acesse: <https://goo.gl/JkNj7T>. Acompanhe todas as novidades da Editus no site www.uesc.br/editora, no Facebook@editoraduesc e noInstagram@editus.uesc.



Reitores, pró-reitores e técnicos das universidades afiliadas, convidados e autoridades presentes ao evento.

A palestra foi um canal para disseminar conhecimentos ao público acadêmico



Especialista faz palestra sobre patentes e informações tecnológicas



O prof. Gesil Sampaio, coordenador de Transferência e Tecnologia do NIT com o Dr. Henry Suzuki e a turma

Entender os fundamentos de uma patente e como ela deve ser aplicada aos negócios foi a pauta da palestra “Inovação, Patentes e Informações Tecnológicas: o que todo mundo deve saber” realizada, este mês (14), por Dr. Henry Suzuki, considerado um dos maiores especialistas na área, em todo o Brasil. A ação faz parte do programa “Ideação e Empreendedorismo” promovido pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da UESC (NIT), desde 2016, em parceria com a Broto Incubadora de Biotecnologia. O projeto tem o objetivo de trazer importantes nomes da área de empreendedorismo e tecnologia para fomentar um sistema inovador e gerador de ideias.

Contextualizando o âmbito acadêmico, o prof. Gesil Sampaio, coordenador de Transferência de Tecnologia do NIT, aponta caminhos importantes para a busca do sucesso profissional. “Essa ideia de que você entra na universidade apenas para ganhar um canudo e fazer um concurso público já passou. Agora, a gente tem que pensar em empreender, a gente tem que aprender a criar riqueza com conhecimento. E propriedade intelectual é um meio importante para se realizar esse trabalho”.

A propriedade intelectual se refere à produção do intelecto e pode estar vinculada a qualquer área, seja industrial, científica,

literária ou artística e, com os registros adequados, garante ao criador, receber por um período, recompensa por essa criação. A palestra foi um canal para disseminar conhecimentos ao público acadêmico presente sobre a utilização de informações contidas em patentes de forma estratégica em projetos de pesquisa, inovação e em negócios. Para além de um mero registro, as bases de patentes são ferramentas importantes de prospecção tecnológica usadas na identificação de oportunidades e setores tecnológicos emergentes.

Ganhos – Para que se receba os ganhos, frutos dessa conquista, é necessário um processo de registro, que pode ser considerado, para muitos, um processo dificultoso. Por isso, é importante saber que, dentro da Universidade, é possível ter o acompanhamento apropriado para esse processo, através do Núcleo de Inovação Tecnológica, como ressalta Henry Suzuki. “Qualquer dúvida sobre patente e empreendedorismo pergunta no posto *Ipiranga da Inovação*, que é o NIT. A grande vantagem é a gente ter o NIT atualmente, porque há dez anos não havia ninguém que poderia falar sobre isso”.

O palestrante se referiu aos NITs com entusiasmo, por ser uma possibilidade de desenvolvi-

mento para todo o país, porque “os Núcleos de Inovação Tecnológica em todo país têm a missão

de compartilhar conhecimentos, através dos inúmeros eventos que são produzidos e, também, suscitar a inovação tecnológica através das orientações e encaminhamentos transmitidos pela equipe”, disse.

Henry Suzuki é sócio diretor da Axonal Consultoria Tecnológica, consultor colaborador da Questel Consulting (França) e da Innovalyst LLC (EUA); especialista em patentes e informações tecnológicas é consultor, mentor e tutor nessas áreas; colaborador de programas de capacitação do Sebrae, Anpei e Unicamp, entre outros; é também empreendedor e inventor.

O entendimento é que com o suporte do NIT, não somente a comunidade acadêmica, mas toda a região em que a UESC está inserida, seja contemplada por essa oportunidade de crescimento e de desenvolvimento no âmbito tecnológico e empreendedor.

Desembargador do TRT5 indicado para integrar o Conselho Nacional de Justiça

O Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-Bahia), foi indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para representar a Justiça do Trabalho no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A decisão do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho ocorreu, este mês (26). Na mesma sessão foi eleito também o Juiz do Trabalho Francisco Luciano de Azevedo Frota, titular da 3ª Vara do Trabalho de Brasília. Os indicados deverão compor o CNJ no biênio 2017-2019, nas vagas da Justiça do Trabalho destinadas a magistrados de segundo e primeiro grau. As indicações serão submetidas à aprovação do Senado Federal, após sabatina pela CCJ daquela casa legislativa.



Oliveira é graduado em Direito pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), atual Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em janeiro de 1982. Aprovado em concurso de juiz do trabalho substituto, em 1987, foi promovido, por merecimento, a titular da Vara do Trabalho de Itamaraju, em março de 1980. A pedido, foi removido, em janeiro de 1991, para a Vara de Eunápolis e, em agosto de 1992, para a 2ª Vara de Ilhéus. Fez especialização em Processo Civil na UESC, onde lecionou como professor substituto na cadeira de Direito Civil, entre 1999 e 2001. Promovido para o Tribunal do Trabalho da 5ª Região, em julho de 2001, também por merecimento, presidiu a corte no biênio 2013 e 2015.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do TST.

O Desembargador Valtércio



O bom desempenho do jovem pesquisador o fez membro associado do AEET e BES

Estudo revela custo para preservação de anfíbios da Mata Atlântica

Felipe Siqueira Campos, bolsista de doutorado pleno pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior publicou, este mês, artigo na revista *Science Advance*. O trabalho, com o título em inglês *Cost-effective conservation of amphibian ecology and evolution*, fornece estimativas econômicas para representar componentes de biodiversidade usando como referência anfíbios da Mata Atlântica, que estão fora da unidade de conservação. O projeto, considerado inovador, revela que “modelos de priorização focados em diversidade funcional, filogenética e taxonômica podem incluir valores no custo econômico efetivo de terras”. O estudo mostra que a proteção desses anfíbios custaria U\$26,5 milhões, cerca de R\$88 milhões por ano.

O trabalho indica que a maior diversidade funcional e filogenética de anfíbios na Mata Atlântica está na porção leste do bioma, da região central em direção ao nordeste. As áreas consideradas de mais alta prioridade estão principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. A Mata Atlântica abriga mais da metade dos anfíbios encontrados no Brasil, mas apenas 12,9% do bioma estão preservados.

Detalhe importante da pesquisa, é que os custos econômicos de terra podem servir como mecanismo eficaz de pagamento por serviços ambientais. E mais: proporciona novos parâmetros para investigações econômicas de terras em regiões ricas em outras espécies da biodiversidade.

Felipe Campos, que está, atualmente, no último ano do doutorado pela Universidade de Barcelona (UB), tem como parceiros do artigo, os pesquisadores Ricardo Lourenço-de-Moraes, do Departamento de Ecologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mirco Solé, do Departamento de Ciências

Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Gustavo A. Llorente, do **Departament de Biologia Evolutiva, Ecologia i Ciències Ambientals** da UB.

Intercâmbio e cooperação - Felipe destaca a experiência de doutorado pleno no exterior como possibilidade de intercâmbio e cooperação científica. “Durante os quase quatro anos de estudo fora do Brasil, eu tive a oportunidade de trabalhar e discutir projetos científicos com pesquisadores renomados que vivem ou estavam de passagem por Barcelona. E, com eles, eu pude compartilhar ideias, realizar cursos científicos e agregar vários conhecimentos relacionados com a minha linha de pesquisa. Em função de estar inserido no âmbito acadêmico da Universidade de Barcelona,

tive a oportunidade de participar de cinco grandes congressos europeus”.



Gustavo Llorente, Felipe Campos e Mirco Solé

Journal of Herpetology, Biodiversity and Conservation, Anais da Academia Brasileira de Ciências, Herpetology Notes, Zootaxa, Neotropical Biology and Conservation, Zookeys, North-Western Journal of Biology, International Journal of Biodiversity and Conservation, Journal of Environmental Management e Italian Journal of Zoology”. Felipe destaca o apoio da Capes, que tem assegurado suporte financeiro ao desenvolvimento de sua pesquisa.

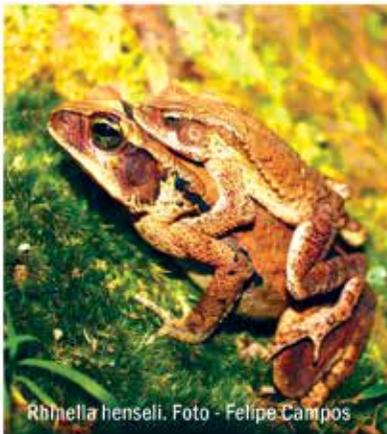
Eficiência científica – Ao **Jornal UESC**, Felipe disse que a Universidade Estadual de Santa Cruz “foi fundamental para minha formação como pesquisador no âmbito

das em métodos científicos aplicáveis. Atualmente, estou no último ano de doutorado pela Universidade de Barcelona, sob orientação do Dr. Gustavo Llorente e coorientação do Dr. Mirco Solé. Após fazer várias disciplinas de ecologia e evolução pela Europa, percebi que o PPG em Ecologia e Conservação da Biodiversidade, oferecido pela UESC, tem um altíssimo nível acadêmico. E, até diria, que está acima de algumas universidades europeias em termos de qualidade de ensino. Portanto, creio que a UESC merece, cada vez mais, reconhecimento relevante e adequado, o que é de suma importância para o avanço da ciência brasileira”, enfatizou Felipe.

O bom desempenho do jovem pesquisador, o fez convidado para membro associado da **Asociación Española de Ecología Terrestre** (AEET) e da **British Ecological Society** (BES). O seu artigo *Cost-effective conservation of amphibian ecology and evolution* foi matéria, não só, da prestigiosa revista internacional *Science Advances* 3, e1602929 (2017) mas, também, da *Folha de São Paulo* e do site *O Eco*. Felipe S. Campos fez graduação na Universidade Federal de Goiás, e mestrado na UESC.

O segundo autor, Dr. Ricardo Lourenço-de-Moraes, também é egresso da UESC, onde fez mestrado no PPG em Ecologia e Conservação da Biodiversidade e doutorado na Universidade Estadual de Maringá, SP. Os dois outros autores do artigo são os professores Dr. Mirco Solé, do Departamento de Ciências Biológicas da UESC e o Dr. Gustavo A. Llorente, do Departamento de Biologia Evolutiva, Ecologia e Ciências Ambientais da Faculdade de Biologia da Universidade de Barcelona, Espanha.

“Além disso, a perspectiva internacional advinda da relevante orientação do professor Mirco Solé, frente ao cenário mundial de pesquisas acadêmicas, fez com que eu ampliasse totalmente o meu conceito de como fazer ciência, ajudando a transformar minhas inúmeras ideias desordena-



Rhombella henseli. Foto - Felipe Campos



Hydromantis aspera. Foto - Mirco Solé



Vitreorana ballioma. Foto - Mirco Solé



Proceratophrys boiei. Foto - Felipe Campos



Boana albomarginata. Foto - Mirco Solé

No Departamento de Biologia Evolutiva, Ecologia e Ciências Ambientais da UB, o pesquisador brasileiro participa de um grupo de pesquisa em herpetologia liderado pelo Dr. Gustavo A. Llorente. “Neste grupo, além da produção científica individual de cada um, trabalhamos constantemente com revisão e discussão de manuscritos científicos, os quais são geralmente produzidos por membros ou demais colaboradores do nosso grupo. E o ingresso nesse coletivo foi fator de aumento de produtividade e de novos trabalhos”, afirma Felipe.

Ele atuou como revisor de periódicos científicos conceituados, tais como:

N.R. Resumo do artigo, assinado pelos autores, na pág. 2 desta edição.

Mulheres – desafios e conquistas



A reitora Adélia Pinheiro (C), ladeada pela professora Flávia Alessandra (E) e pró-reitor Alessandro Fernandes, promotora pública Márcia Teixeira, o professor Guilhardes Júnior e Valéria (DCE)

A violência de gênero, com ênfase naquelas de que são vítimas as mulheres, foi o tema dominante do seminário do projeto “Ser Mulher”, um diálogo sobre desafios e conquistas no dia a dia das pessoas do sexo feminino. O evento, este mês (13 e 14), na UESC, teve como destaque, na abertura, a palestra da Dra. Márcia Teixeira, Promotora de Justiça. Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, do Ministério Público do Estado da Bahia, ela discorreu sobre a violência doméstica, a legislação que protege a mulher, as relações da sociedade com essa questão que permeia os primórdios da história da raça humana, avanços, retrocessos e conquistas na década mais recente.

A palestrante abordou, inicialmente, as tentativas de retrocesso pela fragilização dos direitos humanos e do esforço despendido por setores da sociedade, como o Ministério Público, para que isso não ocorra. “Mas também não podemos esquecer os avanços que aconteceram nos últimos 20 anos quanto ao acesso e à proteção a uma série de direitos da pessoa, à institucionalização e sistematização da legislação em várias áreas. Na área específica da mulher tivemos muitos avanços legislativos, não só em relação à Lei Maria da Penha, mas também à inserção do país

em convenções internacionais que tratam dos direitos da pessoa”.

À sombra da lei - Ela disse que à sombra da Lei Maria da Penha outros instrumentos legais de proteção dos direitos individuais, como o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa Idosa e outros foram criados. “Há toda uma legislação dessa ação afirmativa para igualar as diversas relações na nossa sociedade”. E acrescenta: “Com a Lei Maria da Penha instituições judiciárias foram instadas a se organizarem. E aí falamos do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Magistratura, das delegacias de polícia para enfrentar aquele estado de coisas que aconteciam no Brasil”. Referiu-se também ao engajamento das mulheres, nas décadas de 1960/1970, na luta pela redemocratização do país, posicionando-se contra a violência institucional e política.

Números - A Dra. Márcia citou também alguns números que revelam que, apesar dos avanços citados, as questões de gênero ainda são gritantes no nosso país e nas diversas culturas pelo mundo afora. “No Brasil, o índice de violência doméstica contra os homens é de 0,01% e para eles existem todas as delegacias e, para nós, a Deam. Na Bahia são 15 Deams para 417 municípios, embora lei estadual estabeleça

uma Deam para cada 50 mil habitantes. Em Salvador são duas delegacias da mulher, que não funcionam 24 horas e têm só cinco delegadas plantonistas para uma carga de 22 mil processos. A Delegacia de Homicídios, a que mais manda inquéritos para o MP, não chega a 10% dos inquéritos policiais remetidos pelas Deams”.

A promotora revelou que os números mais recentes do mapa sobre a violência, mostram que dos 59 mil homicídios registrados no estado, a maioria das vítimas são jovens de 16 a 29 anos. Itabuna ocupa o 10º lugar no ranking da violência contra mulheres e Ilhéus a 15ª posição. E citou os avanços da Ronda Maria da Penha na proteção à mulher violentada. “Desde que a Ronda foi criada, em Salvador, nenhuma mulher protegida por ela foi vítima de feminicídio. Todas as honras, portanto, para a Major Denice Santiago – responsável pela efetivação da Ronda na Bahia – e a Capitã Paula que trabalham com a Ronda e dão suporte a todas as unidades que estão sendo criadas nos municípios” destacou a Dra. Márcia Teixeira.

Abertura - O seminário foi aberto pela reitora Adélia Pinheiro, que se referiu ao desenvolvimento alcançado e acumulado pela humanidade no seu percurso histórico. “Mas acumulamos também a necessidade do

enfrentamento de importantes desafios. Entre esses, o reconhecimento de que formamos, como homens e mulheres, uma sociedade colaborativa no sentido de assegurar direitos, como qualidade de vida, valorização das pessoas, respeito aos direitos individuais e coletivos e à dignidade humana”. E concluiu: “Certamente que nesses dias de diálogos que se farão aqui, teremos a oportunidade de refletir sobre o mundo em que vivemos, as nossas posturas e a forma como cada um pode contribuir para se avançar muito mais no respeito à garantia dos direitos das pessoas”.

Crise de valores - O professor Alessandro Fernandes, pró-reitor de Extensão, tendo como ouvinte uma plateia predominantemente jovem, referiu-se à crise política que o país vive na atualidade e que “por trás dessa crise política há também uma crise de valores e uma crise ética”. E citou como



Dra. Márcia Teixeira



IBGE revela que anualmente mais de 1 milhão de mulheres são vítimas de violência doméstica



Estudantes do Colégio da Polícia Militar marcarão presença no Seminário

exemplo, “a forma fútil e extremamente dura” como as pessoas, através das redes sociais, fizeram da deposição de uma presidenta eleita, uma questão de gênero. “Isto nos conduz à reflexão, no momento em que lutamos pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, a não retrocedermos um milímetro nessa luta. Não podemos ser passivos diante de tal situação e devemos estar sempre vigilantes”.

A Ronda – A professora Flávia Alessandra, gerente da Coinc/Proex e presidente do Comitê Institucional de Combate à Violência Contra as Mu-

lheres, destacou o sucesso da Ronda Maria da Penha, núcleo da PM da Bahia, que tem à frente a Major Denice Santiago, com a missão de acompanhar mais de perto a situação de mulheres que se encontram sob medida protetiva da justiça. “Seria importante que vocês visitassem a Ronda Maria da Penha, em Itabuna, e dialogassem com a sua equipe, porque o que se coloca em debate é a importância de se discutir as questões do feminismo e de gênero dentro da estrutura militar”, disse.

Colocando a questão numa dimensão mais ampla, disse que “precisamos discutir as questões de gênero, de feminismo, no interior das nossas casas, no contexto das relações familiares, nas escolas, nas universidades e em tantas outras instituições. Precisamos ter em mente que a violência contra a mulher não é um tema menor apenso a outros temas importantes. Precisamos ter coragem de nos pronunciar, de nos colocar à disposição desse enfrentamento, construindo ações que viabilizem meios para que essas violências não ocorram”. Citou atividades na UESC em

torno dessas questões, exortando cada um dos presentes a discuti-las nos seus espaços de vivência.

Seria bom – “Seria muito bom se não se precisasse ter a Lei Maria da Penha, seria muito bom se não se precisasse da lei do feminicídio e de outras medidas jurídicas importantes no nosso país. Mas elas existem dadas às situações de grandes iniquidades na nossa sociedade. Por isso se faz necessário a intervenção de instrumentos jurídicos para coibir essas situa-

ções iníquas. Seria bom não termos, mas se as temos, precisamos torná-las efetivas, para que um dia não sejam mais necessárias”. Quem o diz é o professor Guilhardes Júnior, coordenador do Colégio do Curso de Direito e do projeto “Ser Mulher”, na UESC.

Ele entende que é preciso ir-se além do Direito. “Precisamos compreender a necessidade do respeito ao outro, da interdependência que temos uns dos outros. Precisamos acreditar numa geração que pode ser diferente dessa que aí está, criada por um sistema patriarcalista e machista. Nós homens precisamos tomar emprestada a fala de Carol Sertão, uma de nossas bolsistas, e sermos *machistas em desconstrução*. Nós, homens, precisamos reconhecer que não estamos no topo, mas em situação de interdependência em relação às mulheres. Precisamos respeitá-las, pelo que elas são: fortes, guerreiras e dignas de toda a honra que possamos dá-las”.

O seminário contou com a presença das professoras Luana Rosário e Lorena Freitas (esta, palestrante no segundo dia do evento), o advogado Arlindo Neto, a estudante Valéria (integrante da direção do DCE), dezenas de alunos do Colégio da Polícia Militar, professores e pessoas outras interessadas nas questões de gênero.

A RONDA

A Ronda Maria da Penha, em Itabuna, foi inaugurada, este mês (30), pelo governador Rui Costa, em evento na sede do 15º BPM. A unidade conta com 12 policiais militares e uma viatura padronizada para dar atendimento especializado à população feminina. Quinze mulheres, nessa fase inicial, já são assistidas pela Ronda.

Dados do IBGE revelam que anualmente mais de 1 milhão de mulheres no Brasil são vítimas de violência doméstica. Em Itabuna, segundo fonte da justiça restaurativa, há 900 processos de mulheres com o deferimento de medidas protetivas para serem executados.



A Major Denice Santiago

Fórum também contribuiu para se conhecer ações locais, visando a preservação de nascentes



Encontro das Águas uma questão de interação e sustentabilidade

Preservar o meio ambiente é uma causa comum ao ser humano

O III Encontro Baiano de Sistemas Agroflorestais realizado este mês (5 a 9), na Semana Mundial do Meio Ambiente reuniu, na cidade de Itabuna, pesquisadores, docentes e discentes, profissionais e produtores rurais. Ao longo de cinco dias foi debatida uma pauta que teve como temática: conservação produtiva, sistemas agroflorestais, diagnóstico de tendências, desenvolvimento científico e tecnológico e temas outros, tendo como eixo o relacionamento entre o homem, na sua ação produtiva, e o meio ambiente. No contexto do evento, destaque para o III Fórum Encontro das Águas, iniciativa do Instituto das Águas, apoiado por organizações sul baianas e estudiosos das questões ambientais na região.

Centrados na temática integração e sustentabilidade, palestrantes e convidados do Encontro das Águas, dia 9, apresentaram casos de sucesso envolvendo a interação do homem com o meio hídrico e expostos modelos adotados em outras regiões do estado e do país, que podem servir como subsídios às demandas de sustentabilidade dos municípios da Bacia do Leste. O Fórum também contribuiu para se conhecer ações locais, em fase de implementação, visando a preservação de nascentes. Um ponto comum nas abordagens, é que o compromisso conservacionista e preservacionista de relação a água e ao meio ambiente, como um todo, passa necessariamente pela educação ambiental das pessoas.

Uma bandeira - Na abertura dos trabalhos, o secretário executivo da Amurc, Luciano Veiga, disse que a questão ambiental tem sido bandeira permanente da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia e do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Sul da Bahia, em especial quanto à conservação e preservação dos recursos hídricos nas suas comunidades. Destacou a importância do fórum e o empenho da ambientalista Maria Luzia de Mello para que “este evento seja mais um avanço no somatório de forças em prol da recuperação da bacia fluvial que forma o Rio Cachoeira”.

Na opinião da professora Maria Luzia, idealizadora do Instituto das Águas (ex-Centro das Águas) e coordenadora do encontro, a questão hídrica na região, que tem o Rio Cachoeira como ícone, vai além do rio, porque a conservação e preservação envolve toda a bacia hidrográfica da qual o rio é consequência. E citou como ação efetiva, o projeto “Revitalização do Rio Água Branca”, principal afluente urbano do Cachoeira, iniciativa que tem a tutela da UESC, através da Pró-Reitoria de Extensão e do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais. “O envolvimento de todos os setores da sociedade tem gerado resultados concretos importantes para a transformação do ambiente em que vivem nossas comunidades. Além do reflorestamento das nascentes, estaremos promovendo ações de melhoria da qualidade de vida dessas pessoas”, declarou.

Causa comum - O prof. Alessandro Santana, pró-reitor de Extensão da UESC, se referiu ao conhecimento científico acumulado na Universidade à disposição dos diversos segmentos da sociedade. Estudos que envolvem, particularmente, questões ambientais tais como o bioma Mata Atlântica com a sua biodiversidade, e os recursos hídricos da Ba-

cia do Leste afetados, no ano passado, pela escassez de chuvas, restringindo a oferta de água à população. E propôs a assinatura de um termo de educação ambiental envolvendo todos os municípios do Sul da Bahia. “O meio ambiente é uma causa acima das questões classistas e partidárias. O protagonismo é de todos nós: Amurc, UESC, prefeituras, Instituto das Águas”, enfatizou.

Na sua fala, o prefeito de Itabuna, Fernando Gomes, se referiu aos danos na economia regional gerados pela crise hídrica, com a morte de centenas de bovinos pela falta de água e forragem verde, baixa produção agrícola, inclusive do cacau, além de outros prejuízos. Disse que a solução depende da conscientização de todos, principalmente do empenho dos proprietários rurais, preservando as nascentes, a fim de reverter uma situação que poderá se repetir. Disse da importância da água para todos os seres vivos e destacou a ação do Instituto das Águas, assegurando que a sua equipe de governo dará todo apoio às ações de revitalização do Rio Água Branca.

Paradigmas - “Paradigmas Civilizatórios: mudando para evoluir” foi o tema da palestra da bióloga e professora Jaqueline Lessa Maciel. Educadora e ex-secretária de Meio Ambiente de Porto Alegre, participou da mesa-redonda do evento discorrendo sobre os ganhos ambientais positivos da capital gaúcha. Intervenções, não só no espaço urbano, mas envolvendo diretamente o cidadão por meio de cursos de educação ambiental, inclusive em braille, palestras, oferta de bônus hídricos como incentivo ao consumo racional da água e várias outras ações educativas. “Todas as pessoas em Porto Alegre têm acesso à educação ambiental, política que pode ser adotada em Itabuna”, sentenciou.

MSc. em Educação Ambiental, a palestrante se disse encantada com a exuberância dos recursos naturais da região. “Vi aqui um grande potencial ambiental que precisa estar vivo em cada cidadão. Precisamos honrar a água e a vida, mas para isso carecemos de educação ambiental, um processo que requer empatia e vínculo com as pessoas”.

Serviços ambientais - Volney de Souza Fernandes, diretor executivo da Or-



O prefeito de Itabuna, Fernando Gomes, fala na abertura do evento.



Parte do público.

ganização de Conservação da Terra (OCT) discorreu sobre “Pagamento de Serviços Ambientais: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável”. Como exemplo, citou os avanços conservacionistas obtidos na APA do Pratigi. A APA, implantada em 2012, é um projeto piloto produtor de água na Bacia Hidrográfica do Rio Juliana, que inclui os rios Mina Nova e Vargito, nos municípios de Pirai do Norte e Igrapiúna. Atualmente a APA tem como foco ações em Ibirapitanga. “Ali está em curso um bem-sucedido programa de gestão de bacias, baseado em estratégias para influenciar políticas públicas e criar leis para pagamento por serviços ambientais” disse.

O programa de gestão de bacias incentiva os produtores rurais a adotarem boas práticas de proteção e conservação da água e do solo, buscando preservar as nascentes e recursos florestais em suas propriedades. Em contrapartida, os agricultores familiares recebem incentivos financeiros, não financeiros e assistência técnica gratuita como participantes do projeto. “É possível replicar esse

modelo em outras bacias hidrográficas”, diz Volney. O programa conta, atualmente, com o suporte de fundações privadas.

Água Branca - O professor Maurício Santana Moreau, do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (UESC), coordenador do projeto de revitalização do Rio Água Branca, falou das ações implementadas e daquelas a serem adotadas para revitalizar o citado curso d’água, que corta área urbana de Itabuna densamente povoada. Além do georreferenciamento com levantamento de informações, estão em andamento ações de conscientização e mobilização dos moradores ribeirinhos sobre o projeto. Na área rural, os agricultores começam a participar da preservação da nascente plantando árvores frutíferas e essências florestais.

Segundo o prof. Moreau, também está prevista a implantação de parques arbóreos, limpeza do canal principal, saneamento básico na área urbana, enfim, um leque de ações que serão adotadas para devolver a “saúde” do Água Branca. O projeto, que tem a parceria do Instituto das Águas, da Prefeitura de Itabuna e de outros setores da sociedade servirá como piloto para intervenções em outras nascentes.

Participaram também do III Encontro das Águas, o professor e pesquisador Dan Lobão; os professores Dourado (GAC) e Ivan Crespo; o vice-prefeito de Floresta Azul, Renato Santana; os secretários de Educação, Anorina Smith e de Sustentabilidade Econômica e Meio Ambiente, John Nascimento, ambos de Itabuna; a secretária de Agricultura de Floresta Azul, Lola Gedeon Lucas; o secretário de Meio Ambiente de Arataca, Isaac de Carvalho; gestores e professores da rede municipal de ensino de Itabuna, jornalistas e ambientalistas.



Maurício Moreau, Maria Luzia, Jaqueline Lessa e Volney Fernandes



O projeto é formado pelos
CDPPELs, Ministério do
Esporte e Snelis

Rede Cedes – esporte e lazer nos municípios



Professor Ávila expõe aos participantes as metas da Rede.

A UESC reuniu prefeitos e secretários de 26 municípios do Território de Identidade 05 – Litoral Sul para lhes apresentar o projeto de pesquisa “Políticas de Esporte e Lazer: caracterização do órgão gestor e perfil dos gestores públicos municipais da Bahia”, que será executado pela Universidade, juntamente com o projeto de extensão “Pintando o Esporte”. O projeto tem como suporte os Centros de Desenvolvimento de Pesquisas e Políticas de Esporte e Lazer (CDPPEL) formando a Rede Cedes do Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis). A Rede, formada por 27 centros, foi criada com o objetivo, entre outros, de pesquisar políticas públicas de esporte e lazer.

Dentre os projetos aprovados no Brasil, a Bahia participa com o projeto de pesquisa “Territórios de Identidade e Consórcios: políticas públicas de esporte e lazer na Bahia”. O Centro da Rede Ceres, no estado, funciona na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Quanto a UESC, tem a responsabilidade de executar ações em quatro territórios de identidade: Litoral Sul (05), Médio Sudoeste da Bahia (08), Costa do Descobrimento (27) e Extremo Sul (07). Os

gestores de esporte e lazer dos municípios de cada TI são o público-alvo dos cursos de formação. Outro objetivo é a criação de uma rede setorial com a intenção de consolidar consórcios temáticos de esporte e lazer nos territórios. A coordenação do projeto é compartilhada pelos professores Marco Ávila e Cristiano Bahia.

O porquê da Rede – Líder do Grupo de Pesquisa Esporte, Lazer e Turismo: Políticas e Planejamento, o professor Ávila explicou aos gestores municipais que a Rede Cedes existe desde 2003, formada por uma malha de instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos. Essas IES são os núcleos para produzir e difundir conhecimentos direcionados para o aperfeiçoamento e qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte, lazer e recreação. “A Cedes foi criada porque, em nível nacional, não existia uma aproximação entre a academia, produtora de conhecimento, que não era transferido a outros setores do próprio governo”.

Ele disse que a seleção pública adotada pelo governo visou democratizar a implantação dos núcleos, corrigindo distorções então existentes. Havia estado que tinha 18 núcleos enquanto outros tinham apenas dois ou nenhum.

SETE IES

– Participam do projeto sete IES. Além da Ufba e da UESC, estão inseridas também a Uneb, Univasp, UFRB, Uefs e Uesb. Considerando a dimensão territorial da Bahia, foi estabelecido que cada instituição universitária é responsável por quatro territórios de identidade. O professor Ávila adiantou que em outubro (6 e 7) deste ano ocorrerá o Congresso de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, em Salvador. “O evento trabalhará com todos os territórios. Os resultados e produtos desse projeto, primeiro será estimular a criação de câmaras temáticas ou fóruns de esporte e lazer nos territórios, os cursos de formação e a publicação de dois livros”, acentuou o professor.

Na área subordinada à UESC já foram realizados, nos dois primeiros dias de junho, encontros de formação para gestores de Esporte e Lazer dos Territórios de Identidade Litoral Sul e Costa do Descobrimento. O lançamento do projeto na Universidade, este mês (1º), foi prestigiado pelo vice-reitor Evandro Sena Freire, o pró-reitor de Extensão, Alessandro Fernandes, a prefeita de Pau Brasil, Bárbara Prado, Cristovam Crispim, representando o Núcleo Territorial de Educação –NTE 5, os coordenadores do projeto, prefeitos, secretários de Esporte e Lazer e outros interessados no projeto. Os próximos encontros serão realizados nos Territórios de Identidade Médio Sudoeste da Bahia e Extremo Sul, respectivamente, em julho (28) e agosto (18) deste ano.

Territórios sob a responsabilidade da UESC

Litoral Sul (5): Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Médio Sudoeste da Bahia (08): Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

Costa do Descobrimento (27): Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia.

Extremo Sul (07): Alcobaça, Caravelas, Ibirapuá, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

“Para evitar esse tipo de distorção, o edital permite a instalação, pelo menos, de um núcleo em cada estado brasileiro, visando democratizar o acesso. Se hoje estamos aqui é justamente porque houve a aprovação do nosso projeto no edital”. Disse ainda que não há um

calendário pré-definido. No primeiro encontro é realizado um diagnóstico e, a partir dos próximos encontros, será elaborado coletivamente um plano de trabalho, definindo cronograma, conteúdos e metodologias, conforme as necessidades do grupo.



A turma de calouros da Biomedicina da UESC participou do primeiro mutirão de limpeza de praia do curso. Como atividade prática da disciplina de Ciências do Ambiente, os alunos, acompanhados de duas estagiárias de docência e a professora Maíra Benchimol, do Departamento de Ciências Biológicas (DCB), retiraram 169 quilos de lixo em uma manhã de coleta. A ação ocorreu este mês (10), na praia do sul, próxima ao Hotel Jardim Atlântico e contou com o grupo “Limpa Praia” de Ilhéus, formado por pessoas que se reúnem periodicamente para ações de limpeza de praia da cidade.

– Os plásticos foram os principais materiais recolhidos nas areias, em forma de garrafas, canudos e embalagem de alimentos – destaca a professora Benchimol. Ela realça que a maioria dos produtos plásticos necessitam de algumas centenas de anos para se recompor na natureza, demonstrando o potencial estrago que esses materiais deixados nas praias podem causar a longo prazo.

Segundo informações do Projeto Tamar, estima-se que 6,5 milhões de toneladas de lixo são descartadas nos mares a cada ano. Além da poluição, muitos animais confundem o lixo com alimento e acabam ingerindo esses resíduos, enquanto outros se machucam com os restos de lixo lançados ao mar. Algumas dessas vítimas incluem as tartarugas marinhas, as focas, os golfinhos, as aves marinhas e os peixes. Assim, atividades com essa podem, ainda que minimamente, contribuir com a redução do despejo de resíduos nas areias e mares.

– Percebi que ações como essas são importantes, não só para os alunos se conscientizarem da problemática do lixo, como as pessoas em geral que observavam a atividade também refletiram sobre seus atos – disse a professora, que sugere a manutenção dessa atividade na disciplina nos próximos anos.

Mais informações sobre o grupo: <https://www.facebook.com/Limpa-Praia.Ios/>.

O Neca é o primeiro núcleo do Nordeste e o terceiro do Brasil que atua exclusivamente na área de cervejas artesanais.



Bahia ganha núcleo de estudo sobre cervejas artesanais

O Neca promoverá inovação, competitividade e desenvolvimento regional

Como ocorre em muitas universidades da Alemanha, pesquisadores da Bahia criam núcleo que promoverá atividades de pesquisa, extensão e ensino exclusivas na área de cervejas artesanais, com o objetivo de fomentar inovação, competitividade e desenvolvimento regional junto aos pequenos produtores e gestores de microcervejarias que atuam em um mercado que deverá crescer 15% ao ano na próxima década.

Constituído por um grupo multidisciplinar de pesquisadores, o Núcleo de Estudo sobre Cervejas Artesanais (Neca) configura-se como um programa acadêmico da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e dispõe de uma Planta Piloto de Microcervejaria, que foi inaugurada na Universidade em julho de 2016. O Neca se torna o primeiro núcleo do Nordeste e o terceiro do Brasil que atua exclusivamente na área de cervejas artesanais.

Segundo o professor Dr. Zolacir T.O. Junior, coordenador do Neca, a ideia de criar o núcleo surgiu inspirada nas experiências do Instituto Federal de Bento Gonçalves, que tem o primeiro curso de Enologia do país e na Embrapa, que desenvolve pesquisa na área de vitivinicultura. Nessa localidade do Rio Grande do Sul, produtores locais, gestores de vinícolas, agentes políticos e pesquisadores universitários atuam integrados na cadeia produtiva de vinhos, na busca por inovação, competitividade e desenvolvimento regional.

“Neste contexto, o Neca promoverá atividades de pesquisa, extensão e ensino dirigidos prioritariamente para os pequenos produtores, gestores de microcervejarias e demais empresas que atuam no setor de cervejaria, bem como instituições públicas e do terceiro setor, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor de cervejas artesanais no Brasil”, argumenta o pesquisador.



Equipe do Neca - professores e estudantes - liderada pelo professor Zolacir Júnior (barba grisalha)

Áreas de atuação – No tocante à capacitação, o Núcleo realizará cursos, workshops, seminários e treinamentos *in loco* na área de produção e gestão de cervejas artesanais e desenvolvimento de materiais didáticos e tecnológicos para o setor cervejeiro. Também efetuará pesquisas e desenvolvimento de novos insumos, processos e produtos na área de cervejas artesanais, proporcionando transferência de tecnologia e conhecimento aos parceiros envolvidos.

Na vertente inovação, desenvolvimento de soluções e tecnologias em produtos e processos na área de produção e gestão de cervejas artesanais e *startups* de microcervejarias mediante processo de incubação. E, ainda, assessoria no monitoramento de processos produtivos de microcervejarias e assessoramento na produção e gestão de cervejas artesanais e intercâmbio de boas práticas e *benchmarking* empresarial.

Centro de excelência – Seguindo tendência mundial, iniciou-se no Brasil, nos anos 1990, um movi-

mento de produção de cervejas artesanais, com características muito diferentes das produzidas pelas grandes corporações do setor, que detêm aproximadamente 97% do mercado nacional da bebida. As cervejas artesanais possuem um caráter regional acentuado, por serem produzidas em sua maioria por pequenos produtores de cervejas exclusivas e diferenciadas em texturas, aromas e sabores.

O segmento de cervejas artesanais está consolidado, tanto na Europa, quanto na América do Norte, correspondendo, respectivamente, por 13% e 20% do *market-share*. Entretanto, no Brasil, o surgimento de microcervejarias ainda está em fase embrionária, detendo apenas 3% do mercado, mas apresentando crescimento de 15% ao ano. Com a criação do Neca, os pesquisadores pretendem atuar na inovação e no desenvolvimento de soluções para o setor, tornando o núcleo um centro de excelência acadêmica em cervejas artesanais no Brasil, capaz de dar também respostas a questões ambientais, econô-

micas e tecnológicas no âmbito desse mercado crescente.

Informações sobre o Núcleo de Estudo sobre Cervejas Artesanais podem ser obtidas pelo email neca@uesc.br ou pelo telefone 73-3680-5275.



Detalhe de um dos equipamentos da micro cervejaria



Ouvidoria - Universidade Estadual de Santa Cruz

O canal de Comunicação entre você e a UESC.

(73) 3680-5312 - 0800-284-0011 - <http://www.uesc.br/ouvidoria> - ouvidoria@uesc.br

